

Arte, Ciência e Fé: o Tratamento dos Enfermos no Mosteiro de Tibães nos Séculos XVIII/ XIX

Art, Science and Faith: the treatment of sick in Tibães Monastery in the XVIII/XIX Centuries

Araújo A.P.¹, Araújo D.²

ARTIGO ORIGINAL | ORIGINAL ARTICLE

RESUMO

Dada a reconhecida importância histórica da medicina monástica e da farmácia conventual, foi estudada a botica do Mosteiro de S. Martinho de Tibães, em Braga, sobretudo através do estudo de dois códices manuscritos do século XVIII, designados como Livro da Enfermaria do Mosteiro de Tibães. Foram estudados os meios de tratamento, como frequência de termas, banhos de mar, sangrias e medicamentos de origem vegetal, animal, mineral e química, bem como as principais doenças e o modo como os doentes eram tratados. Os autores concluem que os cuidados de saúde eram muito diversificados e envolviam já muitos conhecimentos médicos e farmacêuticos, e que o presente estudo abre uma janela histórica para a perceção da arte de curar nos séculos XVIII e XIX.

Palavras-chave: Mosteiro de S. Martinho de Tibães, enfermaria, arte de curar

ABSTRACT

In face of the recognized historical importance of monastic Medicine and Pharmacy, it was studied the pharmacy of the Monastery of S. Martinho de Tibães, in Braga, mainly through the study of two manuscript codices of the eighteenth century, designated as Livro da Enfermaria do Mosteiro de Tibães. The means of treatment were studied, such use of medicinal mineral waters, sea bathing, bloodletting and drugs of plant, animal, mineral and chemical source, as well as major diseases, and how patients were treated in the monastery. The authors conclude that health care was very varied and involved a large pharmaceutical and medical knowledge, and that this study opens a historic window to the perception of the healing art in the eighteenth and nineteenth centuries.

Keywords: Monastery of S.Martinho de Tibães, ward, art of healing

¹ Faculdade de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Membro CITCEM

² CHAA, S. Pneumologia

Autor para correspondência: Duarte Araújo; duartearaujodr@sapo.pt.

Submetido/Submitted: 10 julho 2015 | Aceite/Accepted: 24 julho 2015

INTRODUÇÃO

A partir de meados do século XI surgem os primeiros mosteiros beneditinos no que é hoje território nacional¹, mais propriamente Entre-Douro-e-Minho. Situado na região do Baixo Minho, a 6 quilómetros da cidade de Braga, perto da margem esquerda do rio Cávado, por alturas da sua fundação o Mosteiro de S. Martinho de Tibães abrangia uma área superior a 700 ha, estendendo-se da bordadura do vale até ao rio; afastado da urbe e rodeado de terras férteis e bosques frondosos, reunia as condições para uma vida em reclusão e meditação. Após o período de crise (séc. XIV – XV) pela qual as ordens monásticas passaram, com o despovoamento das herdades e os excessos por parte dos abades comendatários, o mosteiro de Tibães surge fortalecido, encabeçando a reforma das ordens monásticas em Portugal e tornando-se a Casa-mãe da nova *Congregação dos Monges Negros de São Bento dos Reinos de Portugal*. A Idade Moderna representou a fase de maior pujança da Ordem Beneditina em Portugal, e também do Mosteiro de Tibães.

Sobre o Mosteiro de Tibães e sobre a Ordem Beneditina já muito foi escrito, mas nada ainda foi dito sobre a sua botica, sobre a sua enfermaria, e sobretudo sobre a forma como os enfermos eram tratados, no mosteiro e pelo mosteiro; também a história da medicina pouca atenção tem dado à medicina e à farmácia conventuais. A medicina monástica era muito simples, praticada por monges que apenas conheciam a medicina popular, e fortemente influenciada pelas convicções religiosas, e teve o seu declínio a partir do século XII e XIII, tendo então os monges encontrado na farmácia a forma de dar o seu contributo à arte de curar. A botica conventual, até ao séc. XVIII, foi de reconhecida importância para estas instituições; servia a comunidade monástica e a população necessitada que recorria ao mosteiro, mas também foi responsável pela elaboração de inúmeros medicamentos que gozaram de amplo prestígio, de tal modo que se desenvolveu uma autêntica indústria farmacêutica conventual, sobretudo durante o século XVI. A botica do Mosteiro de São Martinho de Tibães fazia parte de um conjunto de boticas criadas pela Ordem nos finais do séc. XVII e que se prolongou pelo séc. XVIII, mas o mosteiro já dispunha há muito de uma enfermaria de 12 camas, situada próximo da capela. A análise do modo como os doentes ali eram tratados é aqui minuciosamente descrita, e os textos chave que permitiram alicerçar este trabalho foram dois códices manuscritos do séc. XVIII, sobre gastos de enfermaria: um

abarcando os anos de 1725 a 1750 e outro de 1751 a 1801, designados como *Livro da Enfermaria do Mosteiro de Tibães*. O primeiro códice tem início no fl.174 (faltam os fls.176,181,187,188) vai até ao fl.179v, recomeça no fl.148 até ao fl.168, não havendo, no entanto, salto na cronologia², e o segundo começa no fl.1 até ao fl.96v, mas faltam os fls.66 e 84³.

Tratamento dos enfermos

As fontes disponíveis são pobres em pormenores ilustrativos quer do tipo de doenças, quer mesmo dos sintomas que os doentes apresentavam, havendo necessidade de se cruzar estes dados com os dos tratamentos efetuados, porque no que respeita às drogas usadas⁴, as fontes são mais pormenorizadas, permitindo ter uma ideia indirecta de quais seriam as *maleitas* mais frequentemente tratadas naquele convento. Sabe-se, no entanto, que a maior parte dos enfermos eram religiosos, vindo outros referidos como o *ovelheiro*, o *boieiro*, o *quinteiro*, o *estribeiro*, etc., ou seja, os que não eram frades eram essencialmente população rural do couto. Os dados da Tabela 1 não são registos de patologias e respetivos tratamentos mencionados no *Livro da Enfermaria*, que contem escassa informação, são antes uma interpretação a partir da observação do registo das drogas compradas; o facto de se inferir dados a partir de outros (doenças a partir de drogas usadas) pode ser motivo de erros diversos, já que a mesma droga era usada, por vezes, com efeitos totalmente contrários; também a suposição de algumas patologias tendo em conta as sintomatologias, pode ser erróneo, mas a esta distância parecem ser os quadros clínicos mais prováveis então registados, bem como os respetivos tratamentos.

É interessante notar que, embora o séc. XVIII se caracterize por uma grande evolução das ciências médicas e farmacêuticas, no Mosteiro de S. Martinho de Tibães havia com frequência uma combinação de ciência e misticismo; na enfermaria, a par de práticas médicas, eram igualmente utilizadas rezas, penitências e por vezes até recurso a amuletos e relíquias de santos, como métodos de cura, como a este respeito o escriba registou «*Dei a hum homem, que trouxe a relíquia do dente santo, mil e seis centos*»; a doença era frequentemente vista como fruto do pecado, ou como castigo ou um teste à fé e mantinha-se o culto popular de santos curadores, como S. Cosme e S. Damião, irmãos gémeos e médicos, hoje padroeiros da medicina e da farmácia, e S.

Tabela 1. Doenças e Tratamentos

Moléstias	Tratamentos	Forma de administração
Cobradura ou “Cobrão”, designação popular de herpes Zóster ou Zona. Doença da pele que se manifesta por erupções e aparece geralmente no tronco e com menos frequência na cabeça, sendo a dor intensa o principal sintoma.	“Óleo de trigo” que se aplicava na região afetada	Eram aplicados emplastos embebidos em óleos
Cabeça - dores	A mostarda (branca e negra) era utilizada no combate às dores de cabeça, de garganta e de ouvidos.	Ministrado como laxativo, e nos cataplasmas (sinapismos)
	A aveia tem efeito calmante nas dores reumáticas.	Usada sob a forma de manteiga ou óleo aromático, entravam na composição de bálsamos aplicados com fricções
	Noz-moscada.	Como manteiga ou óleo aromático, era um dos intervenientes do bálsamo nerval, usado nas fricções de doentes com paralisia
Dentes (dores)	Miolos de perdizes – efeito analgésico	Era feita uma pasta com os miolos e colocada sobre a perfuração dos dentes
	Butua – analgésico	Infusões
Espinheira caída, que segundo a tradição popular se trata de um osso pequeno, que parece um nervo, no meio do peito, entre o coração e o estômago, e que pode vergar para dentro quando o indivíduo faz esforços	No tratamento desta doença juntava-se muito a tradição popular e religiosa, usando-se muito as benzeduras.	
Estômago -patologias	Flor de alfazema para o fastio	A flor de alfazema era embebida em vinho branco e administrada ao doente.
	Mostarda (acelera a digestão)	Tratamento feito com cataplasmas.
	Espírito Vitriolo (fastio)	“Beberagem” e xaropes .
	A quinaquina (características antiescorbúticas, digestivas e cicatrizantes, no caso das úlceras).	Usada como tónico, em clisteres, em injeções e ainda misturada a casca macerada no vinho
Febres	Quina	Administrada sob a forma de xarope
	Butua	A raiz desta planta era utilizada em infusões, no combate a febres intermitentes.
	Café	O café, associado a gotas de limão, amenizava as febres intermitentes.

Tabela 1. Doenças e Tratamentos (cont.)

Moléstias	Tratamentos	Forma de administração
Hepáticas - Cólicas	Sene	Sob a forma de xarope, para minorar as cólicas e combater a icterícia
Intestinais - Patologias	Sene, administrado para prisões de ventre	Aplicado como electuários, misturas de pó com xaropes ou polpas vegetais.
	Jalapa (era extraída da sua raiz uma resina com efeitos medicinais)	Aplicavam-se como purgantes e laxantes, sob a forma de pílulas ou pós.
	Óleo mineral e óleo de rícino Glicerina Sulfato de sódio e magnésio	Estes produtos eram frequentemente usados nos emplastos. Eram de uso externo, espalhavam-se sobre um pano para formar o esparadrapo.
Olhos – inflamação	Mostarda	Tratamentos feitos com cataplasmas (também chamados de emplastos), uma medicação transdérmica, e contendo na sua composição ácidos gordos, gorduras ou resinas que eram colocados sobre um pano e depois colocado sobre a pele.
Paralisia – Dores e	A aveia tem efeito calmante nas dores reumáticas.	“Laxativo”
	Noz-moscada.	Sob a forma de manteiga ou óleo aromático, entravam na composição de bálsamos, aplicados com fricções; era um dos constituintes do bálsamo nerval, usado nas fricções de doentes com paralisias.
Pele – Enfermidades	Sene empregue como tónico ou como medicamento depurativo	Aplicava-se o pó sobre as moléstias da pele, à excepção das parasitárias.
	No caso de ferimentos na pele, os monges usavam o Adesivo Inglês, também designado de Encerado Inglês. O enxofre era recomendado para a tinha e para a sarna	Em banhos, lavatórios e pomadas.

Tabela 1. Doenças e Tratamentos (cont.)

Moléstias	Tratamentos	Forma de administração
Pulmão -Patologias respiratórias	O café era usado contra a coqueluche (tosse convulsa) e na asma.	Em infusões
	Avenca, para tratar a tosse.	Infusões (4 g de folhas e 360 g de água a ferver) para provocar a transpiração cutânea
	Sabugueiro. Violetas.	Utilizadas nos quadros clínicos de bronquites, em infusões adoçadas com açúcar ou sob a forma de fumigações (fumos ou vapores)
	Aveia como expectorante, no catarro pulmonar e rouquidão. Alfazema, ação antisséptica.	Fumigação com acção antisséptica
	Enxofre, recomendado para as bronquites, asma.	Administrava-se através de vapores, lavatórios, pomadas e banhos.
Envenenamentos (opiáceos)	Café, como antídoto	“Beberagem”
	Tártaro emético (vomitivo)	Administrava-se na dose de 5 a 10 centigramas para 100 g de água. Esta solução adocicada, metálica e nauseabunda, era tomada de 5 em 5 minutos até provocar o vômito.
Piolhos (fl. 63v)		Aplicava-se em pó, no couro cabeludo

Sebastião e S. Roque eram invocados contra a ‘praga’; os tratamentos mais frequentes ainda eram a sangria, os purgantes, os clisteres, os *vomitivos* e os *vesicatórios*, com recurso ainda a produtos essencialmente de origem vegetal, de influência galénica, baseados na concepção de que era imperativo o combate aos humores, quer com efeitos terapêuticos mais rápidos (como as sangrias), quer com efeitos terapêuticos mais suaves. A sangria era uma técnica que consistia na abertura de uma veia com uma lanceta para deixar sair o sangue causador da moléstia, e era aplicada geralmente quando ocorria uma inflamação seguida de febre; mas esta não era a única forma de sangrar o doente, já que em casos em que houvesse dificuldade de encontrar uma veia ou o estado do paciente fosse demasiado debilitado

eram usadas as sanguessugas ou as ventosas. As sanguessugas provinham dos riachos e fontes, e tinhamrês dentes, que o animal cravava na pele, sugando o sangue; o uso das sanguessugas na medicina foi de tal forma frequente por toda a Europa e América que a despesa feita na sua compra chegava a ser superior à de muitos outros medicamentos, havendo mesmo ocasiões em que não chegavam para as necessidades, como em França, no ano de 1833, em que a incapacidade de fornecimento por parte do mercado interno levou à importação de 41 milhões de sanguessugas, mas no mosteiro usava-se mais a sangria com lanceta, e testemunho disso são as constantes notas sobre as despesas nos arranjos dos instrumentos cirúrgicos (bacias e lancetas) pelo desgaste que sofriam frequentemente.

Tabela 2. Recursos utilizados na época para a realização das sangrias, na enfermaria (Livros da Enfermaria - 1725-1750/1751-1801)

Consumíveis para a execução de sangrias	Gastos (reis)
Ataduras	8 850
Bacias para sangrias	4 000
Ventosas	880
Sanguessugas	595
Vara de branqueta	200
Varas de fita para sangrias	175
Lancetas	160
Contas de estancar sangue	30

De uma forma geral, e atendendo às quantidades relativas de drogas usadas, pode-se inferir que as doenças infecciosas e as doenças respiratórias seriam as mais prevalentes naquela comunidade. A gota é também muito mencionada nos registos; foi em tempos denominada de *podagra* (palavra grega para designar a armadilha usada para aferrolhar os animais pelas patas), o que não podia estar mais perto da realidade, já que muitos dos pacientes terminavam imobilizados pela enfermidade; esta doença foi muito referida ao longo da história, já que estava associada às classes sociais elevadas, e segundo Alejandro Aris¹ muitas foram as figuras ilustres que padeceram deste mal, que não poupou papas, reis, e um sem número de figuras destacadas da sociedade. Também neste convento ela era muito prevalente, e testemunho disso são as sistemáticas referências das idas dos monges a tratamentos nas termas, como as do Gerês, muito recomendadas para a gota, ou as de S. Pedro do Sul, no distrito de Viseu, já que na época o melhor recurso terapêutico seria o tratamento termal; embora no séc. XVIII os cristais de ácido úrico e uratos de tofos gotosos já tivessem sido observados ao microscópio por Antoni Van Leeuwenhoek (1632-1723), só em 1776 é que Scheele isola pela primeira vez o ácido úrico na urina, e é feita a sua associação à gota².

Purgantes e eméticos (ou vomitivos, como se chamavam então) tinham a mesma função, expelir os maus humores do corpo, bem de influência galénica; os purgantes eram usados em quase todo o tipo de moléstias e estavam divididos em três tipos, consoante o grau de intensidade que se pretendia obter: nos mais leves os monges usavam o mel de abelhas, óleos de amêndoas doces e de rícino, as ameixas secas e a mana (esta droga

vegetal integra o grupo das drogas mais compradas pela enfermaria); nos purgantes de ação mais intensa, usados com maior cautela, entrava na sua composição a jalapa, que era diluída em aloé ou em água, e era tomado em gotas (no mosteiro de Tibães o registo das despesas feitas na compra destes componentes são pouco avultados, o que pode indicar um uso pouco frequente deste tipo de purgantes), e havia ainda os purgantes catárticos, que podiam apresentar na sua mistura sulfato de soda, sulfato de magnésio, ruibarbo, tártaro e o sene (o grande consumo das duas últimas drogas e do mana denota um uso frequente deste tipo de tratamento). Segundo Hipócrates os vomitivos deviam ser administrados preferencialmente no Verão, altura em que os humores apresentavam uma consistência mais fluida, o que permitia uma maior facilidade de expulsão pelas *vias superiores*. No Inverno, recomendava o uso de purgantes ou catárticos, por terem uma ação mais forte, forçando a saída dos maus humores pelos *ductos inferiores*³.

Davam entrada no mosteiro inúmeros medicamentos, previamente confeccionados, provenientes de outras boticas, e dos quais nada sabemos sobre a sua função ou composição, mas dos registos de matérias-primas adquiridas para o fabrico dos medicamentos no convento, torna-se evidente, tanto relativamente às drogas vegetais como às drogas químicas, o recurso sistemático a substâncias usadas para purgar. No século XVIII, em algumas ordens religiosas, era uso corrente purgar os monges, rotina associada ao facto de se pensar que a vida em retiro e os votos a que os frades estavam obrigados provocava a *retentio seminis* (retenção do sémen), tendo como

resultado o desequilíbrio dos humores e o surgimento de futuras maleitas, em consequência de elementos tóxicos que se disseminavam pelo corpo. Como prevenção, e para além dos purgantes, os monges eram também sujeitos periodicamente a sangrias, mantendo assim o sangue livre de conspurcação.

Banhos de mar

Outros dois tipos de tratamento frequentemente prescritos pelos médicos neste mosteiro eram os banhos de mar e as caldas. Até ao séc. XVIII desconhecia-se a ideia da praia e dos banhos de mar com intenção terapêutica; então, no início desse século, John Floyer, médico e religioso, autor da obra *História do Banho Frio*, publicada em dois volumes em 1701 e 1702, defendeu a importância da água do mar no tratamento dos doentes, e em 1749 Richard Frewin descreve pela primeira vez a cura de um doente submetido a tratamento com estas águas. No século seguinte, Paris lança a moda dos banhos de mar por receita médica e, segundo

Gabriel Désert⁴, o mar das praias da Normandia, pela beleza da sua costa e proximidade de Paris, representa cada vez mais uma alternativa no tratamento de doenças em que outros meios terapêuticos falharam. No séc. XIX, este tipo de tratamento ainda ganharia mais adeptos⁵, sabendo-se agora o mar rico em cloreto de sódio, cloreto de magnésio, sulfato de magnésio, sulfato de cálcio, cloreto de potássio, carbonato de cálcio, brometo de magnésio, cloreto de rubídio, silício e bicarbonato de ferro, e aproveitando-se as suas propriedades mecânicas: as ondas massajam e ativam a circulação sanguínea, revigorando os tecidos. Segundo um artigo médico publicado em Caen, em 1846, os banhos eram recomendados para os catarros, as anemias, as atonias de órgãos, as histerias e também para a asma. Em Tibães este tipo de tratamento foi muito usado, já que segundo o *Livro da Enfermaria* do Mosteiro de Tibães os tratamentos de banhos de mar eram, a seguir aos tratamentos das Caldas, os que maiores encargos apresentavam (Figura 1).

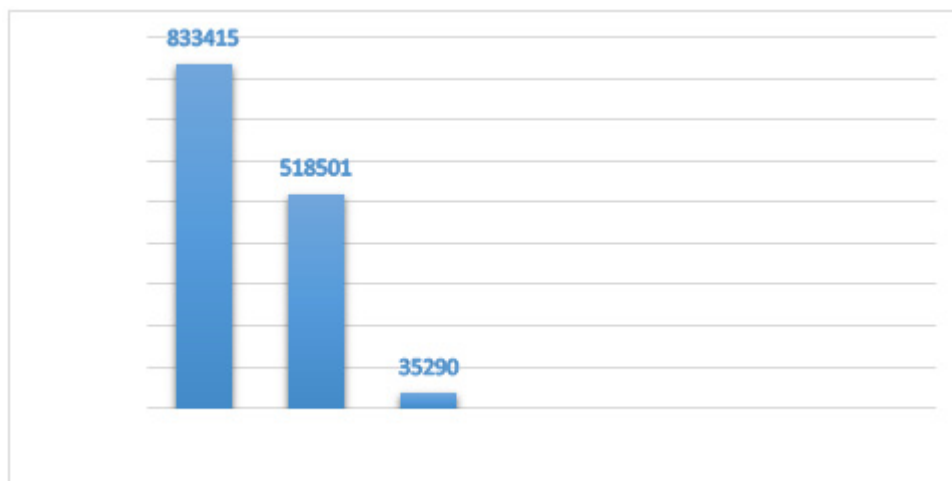


Figura 1. Gastos (em reis), nos tratamentos mais frequentemente efetuados pelos utentes da Enfermaria do Mosteiro de Tibães

Das referências aos banhos de mar no manuscrito da enfermaria é possível perceber-se que deviam ser um privilégio para certos monges; Robert Smith¹ fez um estudo sobre este tema, debruçando-se sobre o percurso e os gastos de quatro monges beneditinos referenciados no *Livro da Enfermaria* de Tibães, entre o ano de 1784 e 1798, e segundo o autor, a quantia mais modesta foi a que gastou Fr. Bernardos na sua ida à Póvoa a pé (1\$580); os outros gozaram de maiores privilégios, pernoitando naquela vila, uso de liteira para fazer o percurso, um frade para fazer companhia, um carro para transporte dos fatos, um moço do mosteiro para acompanhar e segurar o doente durante os banhos, o aluguer de uma casa e a remuneração a uma mulher para fazer a

comida. As despesas com estas deslocções eram de tal forma consideráveis que, mais tarde, em Capítulo Geral (em 1816 e 1822) seriam tomadas medidas no sentido da sua diminuição ou até proibição².

Termas

No nosso território, a tradição dos tratamentos termais, apesar de anterior ao período romano, a eles ficou muito ligada (o próprio termo *Caldas* deriva do Latim *cálidas* que significa “quentes”). Durante a Idade Média a frequência das caldas foi frequentemente posta em causa e hostilizada pela Igreja. Mais tarde assistimos a uma mudança drástica por parte desta instituição, que até passou a promover as termas como local de cura,

tendo-se na Idade Moderna verificado um surto de desenvolvimento das áreas termais, já com o apoio da Igreja e da Coroa.

No que diz respeito ao nosso manuscrito, encontramos referências às caldas a partir de 1740, então uma anotação breve e que diz respeito ao pagamento a alguém que foi buscar água às caldas para um irmão enfermo, mas sendo posteriormente estas referências cada vez mais constantes; segundo os registos, os doentes eram tratados frequentemente no convento com água que se mandava vir das caldas, resumindo-se as despesas apenas ao seu transporte, como se pode ver nos seguintes registos:

Dey para nove quartos de agoa de Caldas de Guimaraes que vieraõ para o Padre. Subprior, quatro quartos a doze almudes e doze tostons; e cinco a 16 almudes e quatorze tostons; onze mil oitocentos (Fl.1)

Dey a hum portador por hir buscar huma garrafa grande de agoa das Caldas do Geres para o Padre Prior da Congregação doze vinténs (Fl.2v)

Dey para nove quartos de agoa das Caldas de Geres de 16 e 17 almudes cada hum a presso de três cruzados novos cada hum os quaes vieraõ para o Padre. Subprior e para o Padre. Coorista; doze mil nove centos e secenta reis (Fl.3)

Dey para carretos de agoa das Caldas de Guimraes que ueio [para] o Reverendissimo Padre Mestre Fr Joaõ Baptista oito mil e duzentos, e oitenta (Fl.4)

Dey a hua mulher, que foi as caldas a buscar hum pipo de agua para o Nosso. Reverendissimo. Fr. Francisco cem reis. (Fl.32).

Sistematicamente, encontram-se referências às termas de Guimarães, o que não permite perceber se seriam as Caldas das Taipas³, a 8 Km de Guimarães e 14 de Braga, ou as Caldas de Vizela, também muito perto de Guimarães. Sabe-se, segundo registos da época, que nem sempre houve condições e infra-estruturas capazes de receber os doentes que procuravam águas nas termas, como em Vizela, facto que levava muitas vezes a que as águas fossem transportadas em pipas para outros locais, como a enfermaria do Mosteiro de Tibães. À medida que se aproxima o séc. XIX, os registos das idas dos irmãos às caldas acentuam-se, e a informação torna-se variada e frequente no registo dos gastos, assim:

Dey para os gastos que fés nas Caldas do Geres o Padre. Sarcristaõ com dous mossos que lhe

assistiraõ com forme o rol que apresentou doze mil quatro centos e oytenta reis. (Fl.3)

Dey para gastos que fes o Padre. Suprior nas Caldas oito mil cento e noventa (Fl.10)

Dey para os gastos que fés nas caldas de que apresentou rol o Padre. Prior. Fr Fernando de S. Bento seis mil cento e trinta reis (Fl.12v)

Dey para o os gastos e aluguer de besta que fes o liteiro Jozé Fernande nas caldas mil oitenta reis (Fl.19)

Dei ao Padre Fr Fernando de gastos que fés nos banhos que foi tomar à fonte Santa a Galiza seis mil e quatro centos reis (Fl.22)

Dei para gastos que fizeraõ nas caldas quatro coristas e hum Padre seis mil quinhentos e setenta reis (Fl.24).

Há também registo de pormenores interessantes, como acontece no caso do Padre Fr. António, em que o escriba diz *Dei para mais gastos que fes nas Caldas o Padre Fr. Antonio de rezas rezadas mil e seis centos reis digo nove centos e quarenta reis*, salientando este trecho as rezas como complemento do tratamento termal do Padre Fr. António, situação de resto frequente. Ao longo do manuscrito, encontram-se diversas alusões a despesas feitas com as viagens dos monges, permitindo perceber todas as diligências então necessárias para as suas deslocações às termas, tais como «*Dei para gastos que fes nas Caldas do Geres o Padre. Fr Fernando de S Bento para aluger da liteira da ida e volta seis mil e duzentos para aluguer da besta da carga da ida e volta mil e duzentos, em comer e mais algum gasto sete mil cento e noventa o que tudo soma quatorze mil quinhentos e noventa reis*»; recorde-se que as Caldas do Gerês, por exemplo, estão situadas a cerca de 45 Km de Braga, tornando as viagens de então bastante demoradas, levando os irmãos nunca menos de sete horas a chegar ao destino, com gastos na alimentação e no aluguer dos animais de carga, para o transporte do monge e seus pertences. Havia ainda outras estâncias termais a que recorriam os irmãos do mosteiro, como as Caldas de Canaveses, conhecidas desde o tempo dos romanos, cujas águas eram indicadas para tratamento de certas dermatoses, reumatismos e doenças respiratórias crónicas, e são citadas frequentemente, apesar de as suas indicações serem sobreponíveis às das Caldas do Gerês, das Taipas e de Vizela:

Dei para gastos que fes nas Caldas de Canabazes que foi tomar Padre Mestre Fr Manoel do Sacramento nove mil quinhentos e trinta reis (Fl.28v)

Dey para os gastos que fes o Padre. Mestre. Fr. Manoel do Sacramento quando foi as Caldas de Canabazes; conforme o rol; que deu de dezassete mil seis centos e dezanove reis. (Fl.30)

Das Caldas de São Pedro do Sul são descritos o gasto que nelas fez o Padre Prior da Congregação: Dei para os gastos que fes o Padre Procurador-Geral da Congregação:

Botica mil e seis sentos

Medico nas caldas seis mil e quatro centos

Médicos no Porto sete mil e seis sentos

Liteira para as caldas dezanove mil e dozentos^{tos}

Liteira do Couto para Tibaens nove mil e dozentos

Aos moços que asses tiraõ em todo o tempo seis mil e quatro centos

Ao mosso do Padre. D. Abade do Porto mil cento e sesenta

Para comedoria de três mezes; e mais de dous mossos sincoenta e dous [+mil] + quatro centos e quarenta

Estas termas estão situadas na Beira Alta, e a elas já terá recorrido D. Afonso Henriques em 1169; estavam indicadas para o tratamento de artroses, reumatismos articulares, gota, sequelas de traumatismos, doenças respiratórias crónicas, e alguns tipos de dermatoses. Em relação ao perfil hierárquico dos frades que recorriam a tratamentos termais não parece haver qualquer seleção, havendo registos desde os noviços até ao padre Procurador-geral da Congregação, passando pelo padre de Moral e demais frades, como fica patente quando se lê:

Dei para gastos que fes nas caldas o nosso Reverendissimo Fr. Manuel Caetano do Loreto dezanove mil e dozentos (Fl.34)

Dei para gastos que fez o Padre Fr. Francisco nas caldas do Gerês seis mil trezentos, e noventa

Dei para gastos que fes em hir levar e buscar as caldas o Padre Francisco com os machos quinhentos e quarenta (Fl.43)

Dei para os gastos que fes nas caldas o Padre. Fr. Francisco de Assumpção e hum mosso da s. chrestia treze mil e quarenta (Fl.44v)

Dei ao Padre Mestre para os gastos, que fes de ir aos banhos de caldas seys mil, e nove centos, e noventa reis (Fl.50v)

No fólio 79, por exemplo, no que diz respeito aos gastos feitos com os Padres Procuradores da Congregação, está registado o seguinte:

Deu para a besta e moço de hida e vinda dous mil, e quarenta reis

Deu para as caldas seis mil e quatro centos reis

Deu para banheiro e barbeiro trezentos, e sessenta

Deu para mais gastos mil e trezentos e vinte sinco reis

Para se tratarem nas termas, os monges viajaram de besta e faziam-se acompanhar por um moço, como podemos constatar ao longo do manuscrito, e durante a estadia tinham de pagar os serviços do banheiro, que os ajudaria durante os banhos de imersão ou duches, e do barbeiro, para além de outros gastos. No fólio 81 prossegue a descrição dos gastos do Mestre Reverendíssimo Padre Procurador, durante os dezanove dias de tratamentos: *Dei para os gastos que fez o Mestre Reverendissimo Padre. Procurador da congregaçam em dezanove dias que esteve em caldas, vinte e dous mil seis centos settenta, e seis reis.* Já no fólio 83v, há o averbamento dos gastos do noviço P. Custódio, nas Caldas do Gerês; também este jovem monge usufruiu, durante quase um mês, dos benefícios das caldas, estava-se em 1796, provavelmente em agosto, e sendo menos provável um reumatismo, talvez um mal de pele ou dos brônquios o afligisse, ficando o seguinte registo:

Dei para os Gastos pessoas que fes o Noviço Padre. Custodio e o moço; em vinte e quatro dias que esteve no Geres; aluger de quartel a cento e vinte por dia aluger de liteirinha para ir para o banho; e mais miudezas, onze mil seis centos e noventa
Dei para os gastos da jornada na ida e volta mil quinhentos e noventa e sinco

Mais do que pelas suas propriedades medicinais, as estâncias termais valiam pela sua envolvência, nomeadamente climática e paisagística, convidando ao bem-estar físico e psíquico dos aqistas, pelo que foram estabelecidas em Capitulo Geral de 1816⁴ medidas rígidas contra os considerados “abusos intoleráveis”, refletidos no registo de enormes gastos pelos Mosteiros da Congregação, tendo ficado estabelecido que a partir dessa data se deveria providenciar “(...) a cura dos enfermos seus súbitos na forma que antigamente se praticava e como julgarem mais conveniente de maneira que sem faltar á caridade que com elles se deve ter (...)”; para ilustrar melhor estes gastos, a certa altura proibidos por serem considerados abusivos, transcreve-se o rol de despesas apresentado pelo padre de moral, que

iniciou as suas idas às caldas em 1781; sobre esta viagem pouco se sabe, a não ser que gastou na altura oitocentos e noventa reis: *Dei para o Padre Mestre de moral ir as caldas mil, e oytto centos, e noventa reis;* (fl.53v); no ano de 1797 o padre mestre de moral tornou às caldas, onde permaneceu durante dezanove dias, apresentando agora um rol de despesas imenso que correspondia aos seguintes encargos:

Dei para os gastos das caldas do Padre. Mestre do Moral conforme o seu rol seguinte.
Comer = dois mil dozentos e quinze
Aluguer da caza = nove centos reis.
Colmo para as camas = dozentos e dês
Ao cozinheiro = dozentos e quarenta
Ao moço que acompanhou = cento e vinte
Aluguer da besta = trezentos reis
Para conduzir a carga = dozentos e quarenta
Por levar huma senta = setenta reis.
Por trazer a carga = cento e vinte
Por trazer a senta = sesenta reis
O que tudo soma = quatro mil quatro centos, e setenta e sinco reis (Fl.86v)

E no ano de 1798, o padre de Moral uma vez mais retorna às termas, cumprindo aquilo que já ia sendo um hábito, e por igual período de tempo (19 dias): no intervalo de tempo de um ano, o custo do aluguer da casa inflaciona quase 300%, o da comida inflacionou 88,8% e a remuneração do

moço que o acompanhou, que no ano anterior havia sido de cento e vinte reis, agora passou a ser 780 reis, como se pode constatar no fólho 89:

Dei para os gastos das caldas dos Padre Mestre de Moral conforme o seu rol seguinte no tempo de 19 dias
Para comida seis mil é oito centos reis
Para Aluguer de casa mil é sete centos reis
Para palha para o enxargaõ oitenta reis
Para o moço que lhe adestio por todo este tempo cete centos e oitenta
Para quem lhe foi a alguns recados, quarenta reis
Soma- nove mil é quatro sentos reis

Assim, quer os monges, quer por vezes outros enfermos não pertencentes à ordem (como os casos de um *comprador*, e um *outro doente para espaço de 20 dias*) mas que recorriam às termas a expensas do convento, aproveitavam o facto de sofrerem de determinadas maleitas para fazerem uma espécie de retiro/férias nas termas, em vez de receber cuidados médicos na enfermaria do mosteiro, e beneficiando de várias mordomias, como *alluguer de caza três mil reis, (...) bellas, quarenta reis (...) louça sento é oitenta*, serviços de *quem fes alguns recados (...) vizita do cirurgião e remédios*; havia até situações em que ao enfermo, afastado do seu local habitual de residência, lhe era providenciada maneira de fazer chegar as suas cartas, a expensas do mosteiro.

Tabela 3. Termas a que os monges recorriam (Livros da Enfermaria 1725-1750/ 1751-1801 e suas indicações terapêuticas

Termas	Indicações terapêuticas
Gerês	Doenças hepatobiliares, colopatias crónicas, diabetes, gota, hipertensão arterial, doenças respiratórias
Caldelas	Gastrites, duodenites, perturbações vesiculares, cólon irritável, perturbações intestinais, colibaciloses urinárias, dermatoses
Taipas	Dermatoses, doenças respiratórias e doenças reumáticas.
Vizela	Reumatismos crónicos, afecções ou sequelas neurológicas e traumáticas, doenças crónicas das vias respiratórias, dermatoses.
Canavezes	Dermatoses, reumatismos, doenças respiratórias crónicas, enfermidades ginecológicas
S. Pedro do Sul	Artroses, reumatismos articulares, gota, sequelas de traumatismos, doenças respiratórias crónicas, dermatoses.

Drogas ou medicamentos usados no mosteiro

Relativamente ao mosteiro de São Martinho de Tibães, chegou até hoje o inventário das alfaias da botica e da enfermaria, no entanto, e ao contrário de outros mosteiros¹, não há qualquer inventário ou registo das drogas e remédios usados na altura; o *Livro da enfermaria* apresenta o registo de gastos de todos os artigos comprados para o uso dos enfermos, até de peças de vestuário e roupa de enfermaria, e é a referência às drogas nele referidas e suas quantidades e preços que permite inferir sobre o tipo de medicamentos usados,

Tabela 4. Drogas Vegetais (Livros da Enfermaria 1725-1750/1751-1801)

Drogas Vegetais	Gastos (reis)
Mana	22 350
Folhas de sene	14 680
Quinaquina	12 200
Salsaparrilha	1 200
Folhas de papoula	1 080
Chocolate	1 070
Violeta	980
Passas de frutos	920
Vinho	890
Avenca	760
Capilé	690
Jalapa	690
Canafistula	500
Café	440
Amêndoas	440
Butua	420
Flor de sabugueiro	415
Alfazema	340
Cevada	200
Rosalgás	200
Chá	120

Tabela 4. Drogas Vegetais (Cont.)

Drogas Vegetais	Gastos (reis)
Mille follio	120
Noz-moscada	100
Marcela	80
Tormentina	60
Carima	60
Erva-doce de cominhos	60
Mostarda	50
Tabaco	50
Beldruegas	Sem referência ao custo

frequência com que eram adquiridos, e a percentagem em que cada um dos diferentes grupos de drogas (vegetais, animais e minerais ou químicas) era utilizado pelos enfermos do mosteiro.

Drogas de origem vegetal

A análise da Tabela 4 permite perceber as necessidades básicas da enfermaria e botica, relativamente às drogas vegetais, bem como inferir da preponderância de certas drogas como a mana, a quinaquina, o sene e o chocolate, que segundo as farmacopeias da época entravam na composição dos vários tipos de purgantes.

No que diz respeito aos produtos vegetais, o livro da enfermaria apresenta uma lista bastante considerável de plantas, tanto exóticas como autóctones. A mana, que consiste no suco (branco, viscoso, doce e nauseante) de determinadas árvores, como a *Fraxinus Rotundifolia*, ou freixo, e que corre espontaneamente ou após incisão, era usada como purgante, sendo o 'pau de freixo', depois de queimado, usado na surdez e em doenças do fígado, a sua casca no tratamento de hidropesias, e as sementes, depois de secas, trituradas e diluídas em licor (na dose de uma oitava), usadas no tratamento de *pedra nos rins*. A folha de sene, substância vegetal e aromática, representando no quantitativo das despesas da botica e da enfermaria um valor mais elevado que a quina, era empregue no tratamento da obstipação, cólicas biliares, na icterícia e nas moléstias não parasitárias da pele.

A quina (casca de uma árvore originária do Peru, do género *Cinchona*, da família das Rubiáceas), introduzida em Espanha com o nome de *Pós de Condessa*, foi enormemente divulgada pelos Jesuítas, que a rebatizaram com o nome de «Pó dos Jesuítas», e muito utilizada na medicina da época, pelas suas propriedades febrífugas (antipiréticas), sendo também utilizada como tónico revigorante e em febres intermitentes. Para além da quina, os monges de Tibães eram também grandes consumidores de quinaquina, um derivado da quina, e que numa pequena dose continha grandes quantidades de quina, não precisando o doente de ingerir desmedidas quantidades de casca de quina, que se acumulava no intestino, provocando *dureza do ventre*. No entanto, a quinaquina não veio substituir a quina: o pó de quina era também utilizado para curar úlceras, a infusão das folhas usada como tónico, a decoção da casca em água e posterior filtração, usada em lavatórios e injeções, e o vinho de quina (folhas de quina maceradas em vinho) usado como antiescorbútico.

Note-se que ao longo deste texto se vão usando os termos médicos e farmacêuticos da época, e que sintomas, sinais clínicos, patologias e síndromas aparecem associados de uma forma indistinta, e que hoje se tem obviamente uma noção totalmente diferente quer da semiologia, quer da etiologia das patologias referidas.

A salsaparrilha, usada no mosteiro a partir de 1796 e originária do Peru, México e Brasil, bastante descrita nas farmacopeias da época, usava-se para tratar a sífilis, servindo de base ao «xarope de Cuisinier» e ao «cozimento Lusitano»; no tratamento desta enfermidade venérea também se usavam compostos à base de mercúrio. A salsaparrilha é mencionada muito pontualmente, no entanto, na tabela de gastos das drogas vegetais, esta substância apresenta uma quantia significativa o que pressupõe que fosse uma droga dispendiosa; os monges usavam-na também como medicação sudorífica, como de resto usavam a aguardente, o enxofre e os vomitivos; a acção destas substâncias parecia ser a de activar as glândulas sudoríferas, provocando uma sudação profusa.

A papoula ou *dormideira* tem uma semente negra, e da sua folha extrai-se o ópio; era fornecida ao mosteiro pelos irmãos de Coimbra. Esta planta estava, muitas vezes, associada à *tristeza, porque causava o sono, que é a imagem da morte*. No mosteiro, o uso desta droga era de tal modo incontornável que se justificavam todas as diligências para a irem buscar a Coimbra; usava-

se para a extração dos dentes e para os demais atos cirúrgicos; uma outra droga usada para o mesmo efeito era o láudano, adquirida com alguma regularidade, e que também tem na sua composição o ópio.

O chocolate, feito de amêndoas de cacau torradas e maceradas, misturadas com açúcar, fortemente nutritivo e calórico, era administrado a pacientes débeis, sedentários ou com frequentes crises nervosas, e se comido conjuntamente com carne estava indicado em «moléstias crónicas do peito», situações de fastio e como purgante; o chocolate podia ainda ser misturado com diferentes medicamentos, dando origem aos chocolates medicamentosos, como o *chocolate purgativo* e o *chocolate de musgo islandico*, usados para doenças crónicas do peito.

A violeta, existente tanto no Brasil como em Portugal, era utilizada para efeitos curativos em infusões adocicadas (com açúcar) e em quadros clínicos de *defluxos e bronquites*. As passas de frutos, compotas e geleias, eram usadas na medicina de então. No séc. I, Plínio, o Antigo, apresenta na sua obra *História Natural* receitas de compotas; mais tarde os árabes vão perpetuar essa tradição, facto que se pode constatar nos seus manuais de receituário, e no séc. XVI Nostradamus escreve o *Traité des Fardements et des Confitures* (1552), onde, para além de ensinar a confeção de doçarias com frutos, sensibiliza o leitor para a importância medicinal destes alimentos. No mosteiro, era rotineira a compra de frutos para medicamentos, por vezes até vinham de cidades longe de Braga, como é documentado no Fl. 12-*Dei para hú alqueire de ameixas e de seu carroto athe este morteiro por que se compraraõ em Coimbra dozentos e secenta reis*. Os vinhos medicinais resultavam da maceração de plantas que eram depois nele misturadas e os mais utilizados eram o vinho de quina e o de genciana. A avenca, espécie de feto pertencente tanto à flora portuguesa como brasileira, era usada sob a forma de creme para hidratar a pele, ou em infusões, aplicadas sobre o peito do paciente para combater a bronquite e a tosse. O seu suco servia ainda para confeccionar o capilé, que fazia parte do grupo dos xaropes ou caldas utilizados pelos monges deste convento.

A carima (flor da farinha de pau), era utilizada nos caldos que davam aos enfermos para *incrassar* (termo médico de então para engrossar) *os humores ou espíritos*. O chá era dado a beber ao enfermo para o acalmar. O café, originário do Lémen, inicialmente apreciado por possuir as vantagens das bebidas espirituosas

sem os efeitos laterais das bebidas alcoólicas, por conferir destreza física e ao mesmo tempo maior capacidade de concentração, foi desde sempre muito apreciado por persas e turcos; mais tarde os italianos e franceses descobriram o prazer desta bebida, mas foi com os holandeses que ela veio a ganhar projeção e a ser comercializada por toda a Europa e posteriormente o Novo Mundo. Do ponto de vista medicinal, usava-se na recuperação de doentes vítimas de intoxicações e envenenamentos por ópio e beladona, e tratar enxaquecas e asma; associado ao sumo de limão, era também empregue em pacientes com febres intermitentes.

As amêndoas eram usadas para amenizar os efeitos dos eméticos (por vezes, estes tinham na sua constituição substâncias corrosivas), sobre o aparelho digestivo. A butua, uma trepadeira também denominada parreira brava, da família das menispermáceas, é outra planta medicinal, originária de Angola e do Brasil, e a sua raiz, administrada sob a forma de infusões, tinha múltiplas aplicações, sendo um medicamento indispensável na medicina da época, no combate a febres intermitentes, abscessos interiores, hérnias, dores de dentes, *carnosidades*, *abafamentos* e flatos, e associada à água de cozimento de papoilas ou à cevada servia para o tratamento de pleurísias¹.

O sabugueiro, árvore muito comum em Portugal, as suas flores, depois de secas, apresentava um

cheiro perfumado e eram utilizadas como infusão nas constipações ou para provocar transpiração cutânea, e as suas folhas, usadas no banho, aliviavam as queixas hemorroidais, misturadas com vinho, na proporção de duas a três oitavas; já com o seu suco, associado ao azeite ou à cera, era preparado um unguento para tratar inflamações, e as bagas, secas e misturadas nos cozimentos diaforéticos, eram usadas no tratamento do sarampo, bexigas e pleurísias. A alfazema, planta de fragrância muito agradável e ainda hoje muito utilizada para perfumar o ambiente ou armários, era utilizada para desinfetar enfermarias e os quartos dos doentes, e no banho servia de estimulante. A noz-moscada, embora apareça nos gastos da botica, não parece fazer parte das especiarias usadas por rotina. Do ponto de vista farmacológico era tida como poderoso estimulante e facilitadora da digestão, e ainda frequentemente utilizada sob a forma de manteiga ou óleo aromático, em bálsamos usados em doentes com paralisias.

Às flores amarelas e aromáticas da marcela, ou camomila, frequente em Portugal, também lhe eram atribuídas propriedades medicinais. O tabaco também consta do rol das despesas do convento, referenciado de forma breve por volta de 1797, talvez pelo seu uso ter sido bastante criticado pela Igreja, apesar de inicialmente ter sido designado de «erva-santa».

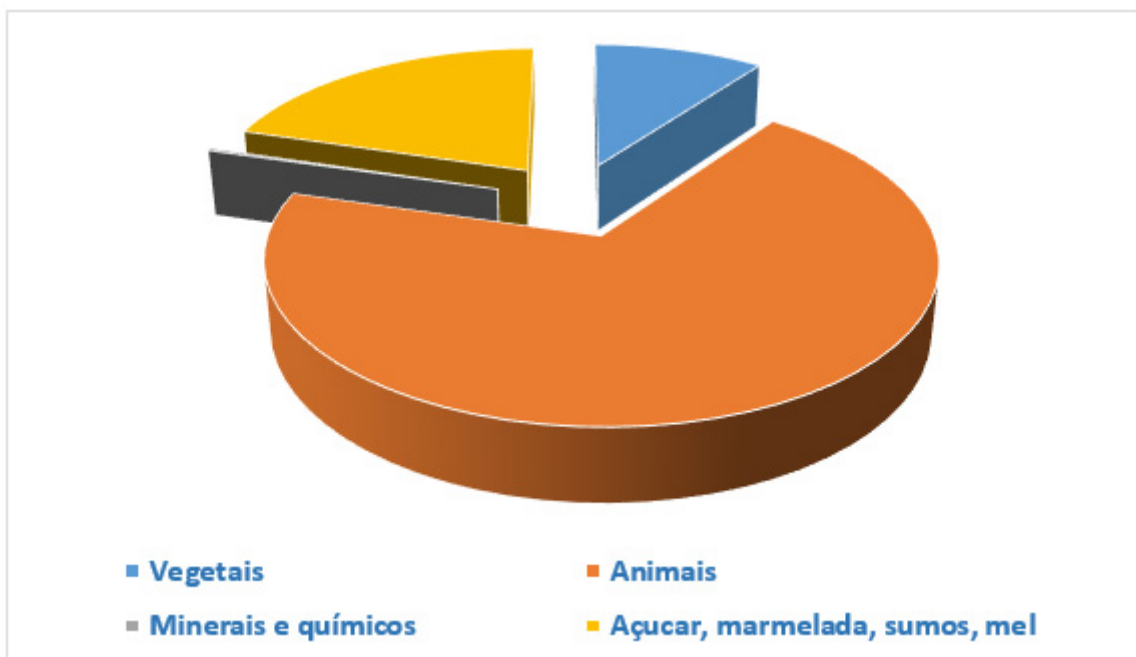


Figura 2. Registo dos gastos efetuados na compra de produtos que entravam na composição dos medicamentos e nos tratamentos efetuados na enfermaria do convento. (Rol de despesas apresentados nos Livros da Enfermaria 1725-1750/1751-1801)

Como se observa na Figura 2, o açúcar, a marmelada, os sumos e o mel, eram usados na confecção de medicamentos; no *Livro da Enfermaria* do convento existem registos que apontam para gastos próximos dos 59500 reis, o que representa manifestamente quantias muito elevadas deste produto. O açúcar era adquirido já após ter passado por uma série de transformações que lhe conferem o aspeto de pequenos cristais brancos (açúcar candil), e era proveniente das colónias portuguesas. Chegou a ser considerado no século XVII uma especiaria de luxo antes de substituir o mel, e na medicina sempre foi tido como elemento essencial das farmacopeias (porque considerado imprescindível nos casos de peste). Nos registos encontramos referências a açúcar rosado, mascavado e candil, e segundo as farmacopeias da época era rotineiro usá-lo nos xaropes, para disfarçar o cheiro acre ou nauseabundo de muitos componentes, bem como indicado para suprir insuficiências calóricas.

Drogas de origem animal

Na botica e na enfermaria de Tibães não parecem ter sido usados muito este grupo de substâncias; no séc. XVIII, este tipo de produtos passou a ser cada vez mais substituído por outros, talvez por motivos de ordem higiénica, já que tinham frequentemente mau cheiro e eram tidos como fontes de infeção. No rol de despesas da enfermaria, os produtos de origem animal eram adquiridos para a alimentação e para tratamentos (caso das sanguessugas, por exemplo), como a certa altura se pode ler: *Dey para des sanguexugas, 50. (178 v)*. A Tabela 5, esqueçam-se as sanguessugas, mais parece uma listagem de despesas com a cantina, mas realmente são despesas do *livro da Enfermaria* tanto para produtos adquiridos para a confecção de medicamentos, como para a alimentação de doentes sujeitos a determinados tratamentos; assim, no caso dum doente medicado com purgantes e que apresentasse sinais de debilidade física, fazia parte da prática médica de então uma alimentação à base de caldos gordos, bebidas adoçantes e leite, a fim de reequilibrar o estado físico do enfermo; de facto, no registo das despesas, estes produtos estão muitas vezes associados à composição de medicamentos, como é exemplo o registo que se segue e em que se lê: *Dei para leite, e hua cabeça e pes de carneiro que se comprou para remédio da mão do cozinheiro que custou oitenta reis com o gasto do leite importa tudo mil oito centos e setents reis (Fl. 26v.)*. Neste grupo de produtos, o mais utilizado era o leite,

frequentemente de burra, que entrava na composição de soros para medicamentos utilizados em moléstias crónicas do peito, do intestino, na gota e na epilepsia. A alusão ao leite para os medicamentos é uma constante ao longo do manuscrito, e surge por vezes como um alimento dado ao enfermo nos últimos dias de vida, como se pode depreender de situações como a descrita no fólho 151, em que o escriba regista os gastos de (...) *leite para o Prior, que faleceo (...)*; o leite, na altura, representava ainda um dos produtos mais unanimemente recomendados para os tísicos (tuberculosos), havendo na comunidade de físicos do tempo a crença que o seu soro *mundifica as chagas* do pulmão, e o queijo *soldava as carnes* e tornava-as rijas. O leite também servia para tratar outras enfermidades, como os distúrbios gástricos, pela sua facilidade de digestão, nas cistites, por amenizar a dor durante a micção, nas dores intestinais, para facilitar a cicatrização de fissuras do intestino, nas febres,

Tabela 5. Gastos na compra de drogas animais (Livros da Enfermaria 1725-1750/1751-1801)

Drogas Animais	Gastos (reis)
Leite	414 746
Manteiga	3 465
Frangos	2 460
Sebo	1000
Sanguessugas	470
Anho	300
Perdizes	240
Ovos	170
Requeijão	50
Pés de carneiro	40
Morceia	40
Bexigas	30

porque refrescava, mas também na paralisia, nos espasmos, ou no catarro; ao longo do manuscrito. Nota-se que o tipo de leite que a enfermaria adquiria para os medicamentos variava entre o leite de vaca, de cabra e de burra. Não sabemos a preferência dos monges, mas os médicos da época em situações de estados febris elevados, por exemplo, preferiam o leite de burra ao da cabra, no entanto aqui encontram-se várias referências aos gastos com leite de cabra, facto a que não deve ser indiferente as

recomendações de Galeno, que dava preferência a este leite.

A manteiga usava-se no tratamento de feridas pequenas, na composição das pomadas e nos clisteres, como é confirmado no fólho 29v, em que se lê: *Dey para dois arates de manteiga do mar para os cristeis duzentos e quarenta*. Era ainda, tal como o sebo, constituinte de pomadas, unguentos e emplastos¹; os físicos achavam que a manteiga *engrossa e enche de carne*, e curava a tosse. Para além destes produtos há também referencia a artigos usados em dietas indicadas em determinadas situações clínicas, como frangos, perdizes, anho, requeijão, pé de carneiro e morcela. Às perdizes² eram extraídos os miolos, aos quais os físicos atribuíam características analgésicas, sendo frequentemente colocados sobre os dentes estragados dos enfermos, para aligeirar a dor. Encontram-se vários registos do uso do anho como medicamento; entre os exemplos mais curiosos, refira-se o caso do noviço Frei João que padecendo de certo mal (de que não é dada qualquer informação) é consultado por um cirurgião de Guimarães *que o veyo sangrar no pescoço: ora acontecia muitas vezes que este tipo de intervenção, feito frequentemente por indivíduos sem preparação, causava muitas vezes hemorragias graves (ocasionalmente até fatais) complicadas com anemias; então para tentar restabelecer o enfermo era habitual o cirurgião ou o sangrador aplicar emplastos feitos de carne (...) de hum anho para se votar da cabeça do noviço (...)*.

O pé de carneiro é também referido no tratamento dos pacientes da enfermaria; segundo documentos da época os ossos de carneiro eram colocados na algibeira do enfermo e usados na prevenção da ciática ou para atenuar dores. Para Joam Vigier na sua obra *Thesouro Apollineo, Galenico, Chimico, Chiruugico, Pharmaceutico*, os pés de carneiro eram considerados remédios, e colocados em zonas pré determinadas, como no pescoço, pulsos ou nos bolsos, serviam para eliminar uma panóplia de maleitas, como dores, febres e envenenamentos, explicando que as suas partes voláteis reagiam com o calor do corpo do paciente, e eram absorvidos pelos poros, provocando a fermentação dos humores. A clara de ovo era usada para clarificar os xaropes, ou na composição de medicamentos receitados para a diarreia e disenteria. Na forma de xaropes e clisteres, a clara era misturada com cozimento de linhaça, ou com arroz e açúcar, e a gema de ovo, misturada com açúcar, água quente e uma porção mínima de água de flores de laranjeira,

formava até uma emulsão muito recomendada para o tratamento de irritações do peito, e foi também muito usada num medicamento chamado *electuarium ab ovo*, administrado para a peste.

Drogas de origem mineral e química

À semelhança dos produtos de origem animal, os de origem mineral e química também eram menos utilizados no Mosteiro (Tabela 6). A água de Inglaterra vinda frequentemente de Santo Tirso, fazia parte de um conjunto de remédios secretos usados na época; tendo gozado de enorme sucesso e amplamente divulgada, compunha-se essencialmente de quina, o que lhe conferia propriedades febrífugas¹, e as suas

Tabela 6. Construída a partir da análise dos gastos na compra de drogas minerais e químicas (Livros da Enfermaria 1725-1750/1751-1801)

Drogas Minerais/Químicas	Gastos (reis)
Água de Inglaterra	46950
Água da botica da Companhia	33 575
Mercúrio (papel de mercúrio diaforético; unguento de mercúrio)	7830
Água da Rainha da Hungria	7 320
Tártaro emético	4280
Água de Icterícia	3 850
Água das maleitas	1 560
Espírito cefálico	1000
Encerado Inglês	960
Óleo de ouro	860
Pedra cordial	840
Espírito beneditino	720
Xarope áureo cauficado	600
Pós cornachinos	540
Láudano opiado	360
Água rosada	360
Água destilada	320
Enxofre	220
Espírito vitriolo	205
Ferro	200
Pedra hume	180
Sal catártico	100
Sais de Abuta	60
Antimónio cru	60
Pós de cobre	30
Pasta de chumbo	30

características adstringentes faziam dela um medicamento bastante utilizado para polvilhar e cauterizar feridas, entre as quais as deixadas pelas picadas das sanguessugas.

A água da Rainha da Hungria fazia parte do grande grupo de medicamentos usados para purgar mas encontramos também nas farmacopeias da época receitas com água da Rainha da Hungria, associada a *espírito* de erva-cidreira e canela, resultando num medicamento que era ministrado a doentes agonizantes. O tártaro emético, sal branco cristalizado, inodoro e nauseante, era usado para provocar o vômito, em doses de 5 a 10 gramas, dissolvido em água e dado numa ou duas doses, e também era usado no tratamento de constipações, bronquites, erisipelas, esquinências (amigdalites) e nos reumatismos agudos. Para além destes produtos, aparece ainda registo no rol de despesas as relativas à *espirituosas*, aos medicamentos resultantes da destilação do álcool com substâncias aromáticas vegetais ou animais; este tipo de medicamentos, de que são exemplos o *espírito beneditino* e o *espírito vitriolo*, eram usados como estimulantes e para quase todos os órgãos. A pedra hume ou alúmen é um sal branco que tem na sua composição sulfato de alumina e *sulfato de potassa*, considerado um medicamento adstringente (ou anti-inflamatório) e era usada para polvilhar as feridas e picadas das sanguessugas, e atuava fazendo recuar os maus humores, impedindo-os de permanecerem sobre as chagas e provocar o apodrecimento das carnes. Este pó era também usado em gargarejos, nos casos em que o doente sofria de esquinência (termo antigo usado para amigdalite). Para acelerar a cicatrização usavam-se também medicamentos à base de sebo e bálsamos feitos de gemas de ovo, azeite e outras substâncias oleosas.

O antimónio, um produto natural que, segundo Cristóvão dos Reis, existia na região do Minho em grandes quantidades, nomeadamente nos arredores de Braga (Vila de Rates, Turiz, Freiriz, Esporões e entre Ruivães e Landim)²¹, era por vezes usado no seu estado mais puro, como “pílulas perpétuas”, com efeitos purgantes e vomitivos; comercializado como sulfureto de antimónio, associado ao ferro, chumbo e arsénico, entrava ainda na composição de vários medicamentos da época, sendo também usado no tratamento das bronquites, com a designação de *antimónio diaphoretico*. Os anti- eméticos (de que é exemplo o espírito vitriolo), e ao contrário

dos vomitivos, pareciam trazer poucas despesas ao convento e eram adquiridos em Santo Tirso.

CONCLUSÃO

O Mosteiro de S. Martinho de Tibães, casa-mãe da Congregação da Ordem de S. Bento em Portugal, tinha como missão mais importante no século XVIII a de direção da Ordem, o que, de resto, se reflete na organização do próprio mosteiro, na abundância de dormitórios, na existência de uma rica biblioteca e salas de lazer, ou nas galerias com belos quadros e claustros revestidos a azulejos. A preocupação já não era, como outrora fora em várias casas da Ordem, a assistência na doença às populações, agora ficava-se pela assistência interna aos seus monges, ainda que pontualmente servisse a população local. A sua missão caritativa/assistencial há muito havia sido esquecida, com a reforma hospitalar e com a ampla difusão pelo reino de Misericórdias, controlando grande parte dos hospitais e melhorando significativamente a qualidade de vida das populações e a acessibilidade à assistência médica. De qualquer modo, os cuidados de saúde ali prestados eram diversificados, envolviam muitos conhecimentos médicos e farmacêuticos, de química e de biologia, mas eram conhecimentos geralmente empíricos, e a fé ia desempenhando o seu papel no caminho para a cura. O estudo da botica e a enfermaria deste mosteiro, apesar de bastante modestas, quer em termos de dimensões, ou de meios humanos e materiais, são no entanto uma janela para se perceber a arte de curar, e a arte e saber de quem então cuidava, neste recanto minhoto do século XVIII.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Matoso J. Beneditinos I, Idade Média. In: Carlos Azevedo, Dicionário de História Religiosa de Portugal. Lisboa: Circulo de Leitores; 2000, Vol. A-C.
2. A.D.B. Conv. e Most. Livro da Enfermaria do Mosteiro de Tibães 471.
3. A. D. B. Conv. e Most. Livro da Enfermaria do Mosteiro de Tibães 472.
4. Bluteau. R. Vocabullario Portuguez e latino, aulico, anatómico, architectonico. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus; 1712-1728.
5. Sousa AT, Dionysio AM. Elementos de Farmacologia Geral e Especial. Coimbra: ed. Arménio Amado; 1933. Trendelenburg P. Bases de Terapêutica Medicamentosa. Trad. e adpt. Port.

por Sílvio Rebello. Lisboa: ed. J. Rodrigues e L^a.1927.

6. David de Morais JA. “Artigos Originais” – Breves nótulas médico-antropológicas sobre o tratamento vernáculo do “cobro” (herpes Zóster) no Alentejo. Disponível em: <http://www.spmi.pt/revista/vol12/vol12-n2-2005-056-062.pdf>.

7. Aris A. A Medicina na Pintura. Lisboa: Chaves Ferreira–Publicações S.A. 2002.

8. Martins RP. State Of Art em Reumatologia: Algumas Notas Históricas. Acta Med Port. 1989; Supl. 2: 47-55.

9. Vigier J. Tesouro Apollineo, Galenico, Chimico, Chirurgico, Pharmaceutico ou compêndio de remédios para ricos e pobres. Vol.1. Lisboa: Off. de Miguel Rodrigues.1745.

10. Goff J. As Doenças têm história. Lisboa: Terramar.1997.

11. IX Concurso de Verão de ICEA (2007): Mar, Farmácia e Medicamentos, Algumas notas de interesse histórico – farmacêutico. Disponível em: www.icea.pt/ActasiX/João_Rui_Pita.pdf

12. Smith R. Os banhos de mar, na Póvoa de Varzim, no Século XVIII. Póvoa de Varzim: Boletim Cultural. Póvoa de Varzim: Camara Municipal:1965; IV(2): 239-244.

13. Afonso MB. As boticas da Congregação de S. Bento de Portugal. Porto: Inédito. 1991.

14. Guia Termal da Associação Nacional dos Industriais de Águas Miner-Medicinais e de Mesa. Termas de Portugal. Lisboa: ed. ANIAMM.1984.

15 . A.D.B. Congregação de São Bento. Actas Capitulares, livro 320-A, 1816. Fl. 58v.

16. Silva ACC. Inventário de uma Botica Conventual do séc. XVIII. Porto: Universidade do Porto.1972.

17. Araújo MB. O Conhecimento Empírico dos Fármacos nos Séculos XVII e XVIII. Lisboa: ed. Cosmos.1992.

18. Trendelenburg P. Bases de Terapêutica Medicamentosa. Trad. e adapt. portug. por Sílvio Rebello. Lisboa: J. Rodrigues e C.^a ed.1927.

19. B.P.M. do Porto, ms. Nº 394, Remédios vários e alguns experimentados tirados de hum livro de manuscrito que tinha o Padre Francisco Mathias em Pombeiro no Ano de 1724. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uplaads/ficheiros/artigo3821.pdf>.

20. Lima AP. As boticas do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira (fim do séc. XVIII). In: separata dos Anais da Faculdade de Farmácia do Porto. Vol. IX. Porto: Faculdade de Farmácia.1949.